

**CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
Nº **XXX** QUE FAZEM ENTRE SI A  
**FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI**  
**GABRIEL** E A EMPRESA  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 07.889.243/0001-71, com sede administrativa na Av. Brasília, nº 0333, Jardim das Laranjeiras, Frutal – MG, neste ato representado pelo Presidente Sr. **JADER SABINO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público nomeado pelo Decreto nº 13.592 de 04 de fevereiro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 031.324.746-30, residente e domiciliado em Frutal – MG, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CONTRATADA**: \_\_\_\_\_, na forma do seu contrato social, firmam o presente CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2025, **Lote X (conforme adjudicação)**, adjudicado e homologado em favor da **CONTRATADA**, com valor global estimado máximo de **R\$ X.XXX.XXX,XX (valor por extenso)**, correspondente ao limite de despesa para o referido Lote, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes **tratando-se de contratação de serviços técnicos comuns especializados, sem dedicação exclusiva, com pagamento por demanda**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOCUMENTAÇÃO**

1. Fazem parte integrante do presente Termo Contratual, independente de transcrição, o **Edital do Pregão Eletrônico n.º 042/2025**, Termo de Referência e demais anexos, a proposta da **CONTRATADA** e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento a contratação, com pagamento por demanda, de **serviços técnicos comuns especializados, de natureza continuada e sem dedicação exclusiva**, destinados à captura e transformação da informação, tratamento documental do acervo arquivístico, digitalização de documentos em papel e microformas com indexação e aplicação de OCR/ICR, gestão física de documentos, desenvolvimento de sistemas, mapeamento de processos, implantação e manutenção de soluções ECM (Enterprise Content Management) e BPM (Business Process Management), e realização de treinamentos, conforme Termo de Referência, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

#### **2.2. Execução do Objeto**

2.2.1. A execução do objeto deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de Referência, Edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2.2.2. Toda e qualquer alteração na execução somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito da **CONTRATANTE**.

#### **2.3. Especificação do Objeto**

2.3.1. Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços contínuos** de captura e transformação da informação, tratamento documental do acervo arquivístico, digitalização de

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

documentos em papel e microformas com indexação e aplicação de OCR/ICR, gestão física de documentos, desenvolvimento de sistemas, mapeamento de processos, implantação e manutenção de soluções ECM (Enterprise Content Management) e BPM (Business Process Management), e realização de treinamentos, conforme Termo de Referência, pelo período estimado de **12 (doze) meses**.

2.3.2. Os serviços técnicos especializados relacionados à captura e transformação da informação, tratamento documental, digitalização de documentos com indexação e aplicação de OCR/ICR, gestão física de documentos, mapeamento de processos, desenvolvimento e suporte a soluções ECM/BPM deverão ser executados em conformidade com as normas arquivísticas vigentes, em especial as diretrizes do CONARQ e do e-ARQ Brasil, bem como com os requisitos de segurança da informação aplicáveis, observando-se integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

2.3.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatórios técnicos detalhados contendo, no mínimo:

- I – Descrição das atividades executadas no período;
- II – Registro de intercorrências, inconsistências identificadas ou não conformidades, bem como as ações adotadas para sua correção;
- III – Quantitativos processados por unidade de medida prevista no TR (página digitalizada/documento tratado);
- IV – Recomendações técnicas e oportunidades de melhoria relacionadas aos fluxos de trabalho, processos documentais e sistemas ECM/BPM.

Tais relatórios deverão ser encaminhados **mensalmente**, ou em outra periodicidade definida pela fiscalização, como condição para a medição e o pagamento.

2.3.4. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à fiscalização **relatórios operacionais de acompanhamento**, contendo o progresso diário ou semanal das atividades, conforme aplicável ao tipo de serviço executado. Esses relatórios deverão evidenciar:

- I – status das demandas em execução;
- II – volumes processados versus volumes estimados;
- III – registros de incidentes operacionais;
- IV – indisponibilidades, falhas ou interrupções;
- V – indicadores de desempenho (SLAs) previstos no TR.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

3.3. Para fins de medição, faturamento e pagamento, são adotadas **exclusivamente** as seguintes unidades de serviço, conforme o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar:

- I – **Imagem**: unidade correspondente à página digitalizada, tratada, indexada e processada com OCR/ICR, contendo assinatura digital, conforme padrões técnicos estabelecidos no TR.
- II – **Mês**: unidade correspondente à licença mensal de uso do sistema GED/ECM, incluindo, sem custos adicionais, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações, OCR/ICR, armazenamento em nuvem, backups, integrações, desenvolvimento de rotinas, treinamentos e demais funcionalidades previstas no TR.

§1º. É **vedada** qualquer cobrança baseada em outras unidades de medida que não aquelas previstas nos incisos I e II.

§2º. Todos os serviços acessórios, estruturantes ou operacionais necessários à plena execução do objeto estão **incluídos** na unidade “Mês”, não podendo ser cobrados separadamente.

§3º. Os pagamentos serão realizados exclusivamente sobre as quantidades de **Imagens efetivamente processadas** e as **mensalidades efetivamente utilizadas**, conforme atesto da fiscalização.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

##### **4.1. Valor Global do CONTRATO**

O valor global estimado máximo deste CONTRATO é de **R\$ X.XXX.XXX,XX (...valor por extenso...)**, correspondente ao limite total de despesa para a prestação dos serviços técnicos especializados continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com pagamento por demanda, nos termos da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº **042/2025** e do Termo de Referência.

O valor global ora estabelecido tem natureza estimativa e representa o limite máximo para contratações durante a vigência, não implicando obrigação de consumo integral por parte da **CONTRATANTE**, sendo os pagamentos devidos apenas pelas unidades de serviço efetivamente executadas, conforme critérios e valores unitários definidos no Termo de Referência.

##### **4.2. Composição do Preço**

Os preços unitários contratados para cada serviço previsto no Termo de Referência englobam todos os custos direta ou indiretamente relacionados à execução, incluindo:

- a) **mão de obra técnica necessária à realização das atividades**, sem dedicação exclusiva, abrangendo salários, tributos e demais encargos incidentes sobre os profissionais alocados para as demandas;
- b) **ferramentas, equipamentos, softwares, licenças, infraestrutura tecnológica, insumos e demais recursos necessários** para a captura, digitalização, indexação, tratamento documental, mapeamento de processos e suporte às soluções ECM/BPM;
- c) **despesas administrativas, operacionais e logísticas** relacionadas ao desempenho das atividades contratadas, incluindo deslocamentos, gestão de equipes, armazenamento temporário, transporte interno de documentos, quando aplicável, e custos gerais de operação;
- d) **custos relacionados à segurança da informação**, controle de acesso aos sistemas, integridade, rastreabilidade e garantias de confidencialidade exigidas no TR;
- e) qualquer outra despesa necessária à plena execução do objeto contratado, de modo que **não caibam solicitações adicionais de valores não previstos**.

##### **4.3. Para fins de medição e faturamento, as unidades oficiais de serviço são:**

I – **Imagem**: página digitalizada, tratada, indexada, assinada digitalmente e processada com OCR/ICR, nos termos do Termo de Referência;

II – **Mês**: licença mensal de uso do sistema GED, em tecnologia web, que compreende, sem custo adicional, OCR/ICR, armazenamento em nuvem, backups, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, desenvolvimento e ajustes de rotinas ECM/BPM, integrações, treinamentos e demais serviços listados no Termo de Referência.

§1º. Os serviços vinculados à unidade **Mês** não poderão ser objeto de cobrança adicional por outras unidades de medida.

§2º. Os serviços serão medidos exclusivamente com base nas unidades previstas no

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

Termo de Referência e na proposta vencedora.”

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.1. Não será exigida garantia para a execução do presente Contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco associado à prestação dos serviços e a inexistência de obrigação que envolva alta complexidade técnica ou entregáveis de valor agregado elevado.

5.2. A ausência de exigência de garantia não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade plena pela execução adequada do objeto, respondendo pelos danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos previstos na legislação aplicável, no Edital e neste Contrato.

5.3. Caso a Administração, por motivo superveniente devidamente motivado, venha a exigir garantia para aditamentos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro ou representem aumento relevante de risco, esta somente poderá ser constituída nas modalidades previstas no art. 96, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta dos créditos orçamentários consignados no orçamento da Fundação Hospital Frei Gabriel para o exercício de **20XX**, sob a seguinte classificação:

03.01.01.10.302.0008.2019.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte 1500 / 2500 / 1600 / 2600/ 1621 / 2621.

6.2. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, caso ocorra alteração na classificação ou código orçamentário, a **CONTRATANTE** deverá proceder à atualização da informação por meio de termo de apostilamento, conforme art. 107, §4º da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A **CONTRATADA** declara ciência de que a execução do presente Contrato está condicionada à existência de dotação orçamentária adequada e suficiente, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964 e do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

##### **7.1. Duração do CONTRATO**

O presente CONTRATO terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, mediante justificativa da **CONTRATANTE**, vantajosidade econômica e concordância da **CONTRATADA**.

##### **7.2. Prorrogação do CONTRATO**

7.2.1. O CONTRATO poderá ser prorrogado sucessivamente por iguais e sucessivos períodos, desde que devidamente justificado pelo interesse da Administração, que demonstre a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, observado o limite legal para serviços contínuos previsto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

7.2.2. A prorrogação dependerá de manifestação formal da **CONTRATANTE**, preferencialmente com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias** do término da vigência contratual, sem prejuízo de prazo diverso por necessidade administrativa.

7.2.3. Para que a prorrogação seja efetivada, a **CONTRATADA** deverá:



- a) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e neste CONTRATO;
- b) comprovar regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;
- c) apresentar desempenho satisfatório, conforme avaliação da fiscalização do contrato, com base nos indicadores e SLAs previstos no Termo de Referência.

### **7.3. Rescisão Antecipada**

7.3.1. O CONTRATO poderá ser rescindido antes do prazo final nas hipóteses previstas nos arts. **137 a 141 da Lei 14.133/2021**, incluindo, mas não se limitando a:

- a) descumprimento de cláusulas contratuais;
- b) razão de interesse público devidamente motivada;
- c) extinção ou descontinuidade da necessidade dos serviços contratados;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) ocorrência de fato superveniente que torne a execução contratual inviável ou prejudicial ao interesse público.

7.3.2. Em caso de rescisão antecipada, serão aplicadas as penalidades cabíveis, conforme legislação vigente, edital e disposições deste CONTRATO, sem prejuízo da apuração de eventuais danos causados à Administração.

### **7.4. Encerramento do CONTRATO**

7.4.1. O encerramento do CONTRATO dar-se-á:

- a) pelo término da vigência, sem prejuízo de eventual prorrogação;
- b) por rescisão antecipada, conforme previsto na cláusula 5.3;
- c) pela conclusão integral do objeto, devidamente atestada pela fiscalização, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.

7.4.2. No encerramento do CONTRATO, a **CONTRATADA** deverá apresentar **relatório final detalhado**, contendo a descrição dos serviços prestados, incluindo:

- I – Quantitativos executados por tipo de unidade de serviço (páginas digitalizadas/documentos tratados);
- II – Indicadores de desempenho e cumprimento dos SLAs;
- III – Pendências resolvidas e não resolvidas;
- IV – Recomendações técnicas para continuidade da gestão documental e das soluções ECM/BPM.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos, as partes obrigam-se a cumprir as seguintes disposições:

#### **8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1.1 – Executar todos os serviços contratados em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, garantindo a qualidade, segurança, integridade da informação e observância das normas arquivísticas e de segurança da informação aplicáveis.

8.1.2 – Cumprir rigorosamente todas as normas técnicas aplicáveis às atividades de tratamento documental, digitalização, indexação, OCR/ICR, gestão física de documentos, mapeamento de processos e implantação e suporte de soluções ECM/BPM, incluindo as diretrizes do CONARQ, e-ARQ Brasil, LGPD e demais normativos correlatos.

8.1.3 – Arcar integralmente com todos os custos relacionados à execução dos serviços, tais como: remuneração dos profissionais envolvidos, tributos, encargos previdenciários e fiscais, aquisição ou disponibilização de equipamentos, licenças, softwares, insumos técnicos, transporte interno de documentos, infraestrutura necessária e demais despesas inerentes à prestação dos serviços, **sem caracterizar dedicação exclusiva de mão de obra.**

8.1.4 – Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, as obrigações contratuais, salvo mediante autorização prévia e expressa da **CONTRATANTE, observada a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021.**

8.1.5 – Responder integralmente por quaisquer danos materiais ou morais causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade, adotando as providências para reparação, sem ônus à Administração.

8.1.6 – Manter comunicação formal e contínua com a **CONTRATANTE**, informando prontamente qualquer ocorrência que possa impactar a execução dos serviços, bem como providenciar registros técnicos e operacionais sempre que solicitado pela fiscalização.

8.1.7 – Assegurar a plena disponibilidade, manutenção e funcionamento dos equipamentos, sistemas, softwares, licenças e ferramentas utilizados na execução dos serviços, responsabilizando-se por sua operação, integridade e atualização.

8.1.8 – Cumprir integralmente as obrigações legais de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária, assumindo exclusiva responsabilidade pelos profissionais envolvidos na execução do contrato, **não havendo qualquer vínculo empregatício com a Fundação Hospital Frei Gabriel.**

8.1.9 – Apresentar, sempre que requisitado, documentação atualizada de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais certidões obrigatórias à manutenção do contrato.

8.1.10 – Submeter-se à fiscalização da **CONTRATANTE**, permitindo o acompanhamento da execução contratual, disponibilizando informações e atendendo integralmente às orientações e determinações da equipe de fiscalização, na forma dos arts. 117 e 121 da Lei 14.133/2021.

8.1.11 – Utilizar sistema informatizado ou planilhas de controle que permitam a rastreabilidade e comprovação dos serviços executados, contendo registros individualizados das unidades de medição adotadas no contrato (Imagem e Mês), vedado o uso de quaisquer outras unidades não previstas no Termo de Referência.

## **8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.2.1 — Efetuar os pagamentos devidos no prazo estabelecido contratualmente, condicionados ao **atesto da fiscalização** e à comprovação da execução das unidades de serviço previstas no Termo de Referência.

8.2.2 — Notificar formalmente a **CONTRATADA** sempre que identificar não conformidade na prestação dos serviços, estabelecendo prazos para correção e adotando, quando necessário, as medidas administrativas e penalidades previstas em lei e neste CONTRATO, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.3 — Controlar e avaliar a execução dos serviços, verificando se os trabalhos estão sendo realizados conforme os parâmetros técnicos, operacionais e de qualidade definidos no Termo de Referência.

8.2.4 — Fiscalizar a execução contratual de forma contínua, podendo rejeitar serviços que não atendam aos padrões de qualidade exigidos. A **CONTRATANTE** poderá exigir a **correção ou reexecução sem custos adicionais**, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.

8.2.5 — Aplicar sanções administrativas nos casos de descumprimento contratual, em conformidade com os arts. 156 a 159 da Lei 14.133/2021, assegurando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

8.2.6 — Garantir à **CONTRATADA** o acesso às informações, documentos, acervos, áreas e recursos necessários ao cumprimento das atividades **CONTRATADAS**, bem como fornecer orientações técnicas inerentes ao processo de gestão documental, digitalização, ECM/BPM e demais serviços previstos no Termo de Referência.

8.2.7 — Designar formalmente **fiscais e gestores do contrato**, nos termos dos arts. 117 e 8º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022, responsáveis pelo acompanhamento da execução, validação dos relatórios e registro das ocorrências pertinentes.

8.2.8 — Zelar pelo cumprimento das normas de segurança hospitalar, proteção de dados, biossegurança e integridade do acervo documental, garantindo que a **CONTRATADA** possa executar suas atividades sem riscos adicionais e sem interferências indevidas no funcionamento da instituição.

### **8.3. DO COMODATO DE EQUIPAMENTOS**

8.3.1. Quando necessário para a adequada execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá fornecer à **CONTRATANTE**, sem qualquer custo adicional, equipamentos, acessórios ou soluções tecnológicas em regime de **comodato**, durante toda a vigência contratual.

8.3.2. Os equipamentos cedidos em comodato deverão atender aos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, incluindo desempenho mínimo, compatibilidade com os sistemas da **CONTRATANTE** e adequação às normas de segurança da informação.

8.3.3. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pela instalação, manutenção, suporte técnico, substituição de peças, atualizações e eventuais reparos dos equipamentos cedidos.

8.3.4. Deverá ser mantido **inventário atualizado** dos equipamentos em comodato, contendo modelo, número de série, data de entrega e responsável pela guarda.

8.3.5. Ao término do contrato ou quando solicitado pela **CONTRATANTE**, os equipamentos deverão ser devolvidos pela **CONTRATADA** em perfeito estado de conservação e funcionamento, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

8.3.6. É vedada qualquer cobrança adicional referente ao comodato, por constituir obrigação acessória necessária ao cumprimento do objeto contratual.

## **CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

### **9.1. Condições Gerais de Pagamento**

9.1.1. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data do protocolo da nota fiscal e da entrega dos documentos comprobatórios exigidos, condicionados ao **atesto da fiscalização** e à verificação da conformidade dos serviços executados, nos termos do art. 145 da Lei 14.133/2021.

9.1.2. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, ou por outro meio oficial adotado pela Administração, para **conta bancária de titularidade exclusiva da CONTRATADA**.

9.1.3. Os pagamentos serão efetuados com base nas unidades efetivamente executadas, quais sejam: (a) Imagens processadas; e (b) mensalidades referentes à licença de uso do sistema GED, conforme critérios e valores unitários estabelecidos no Termo de Referência.

### **9.2. Documentação Necessária para Pagamento**

Para que o pagamento seja processado, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

**a) Nota fiscal detalhada**, emitida em conformidade com a legislação fiscal vigente, compatível com as unidades de serviço efetivamente executadas no período de referência.

**b) Relatório técnico mensal**, contendo, no mínimo:

- descrição dos serviços executados no período;
- quantitativos processados por unidade de medida;
- intercorrências e inconsistências detectadas;
- medidas corretivas adotadas;
- recomendação técnica, quando cabível.

**c) Certidões atualizadas**, incluindo:

- Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**d) Comprovante do cumprimento dos indicadores de desempenho (SLAs)** previstos no Termo de Referência, demonstrados por registros, sistemas e relatórios técnicos.

**e) Relatório operacional** contendo a comprovação da execução das atividades de digitalização, tratamento documental, gestão física, atividades de ECM/BPM, mapeamento de processos e demais serviços previstos no TR, servindo como base para a medição e composição dos valores a serem pagos.

### **9.3. Glosa de Valores e Penalidades por Descumprimento**

9.3.1. Caso sejam constatadas falhas na execução dos serviços, não conformidades, descumprimento de SLAs ou divergências nos quantitativos apresentados, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) aplicar **glosa parcial ou total** sobre os serviços não executados ou executados em desacordo com o TR;
- b) suspender temporariamente o pagamento até que a **CONTRATADA** promova as

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**



correções necessárias;

c) aplicar penalidades administrativas, conforme previsto neste CONTRATO e na legislação vigente.

9.3.2. Em caso de glosa, retenção de pagamento ou solicitação de correção, a **CONTRATADA** será formalmente notificada e terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** para apresentar justificativas e promover a regularização.

#### **9.4. Do Recebimento dos Serviços**

9.4.1. O recebimento dos serviços observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, compreendendo:

I – **Recebimento Provisório**, após a entrega das atividades descritas na OS, com verificação da conformidade técnica, qualidade das imagens, acurácia do OCR/ICR, integridade da indexação, metadados e demais requisitos;

II – **Recebimento Definitivo**, após a correção das eventuais não conformidades, validação da fiscalização e emissão do atesto definitivo ou termo de recebimento, quando exigido.

9.4.2. O prazo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável mediante justificativa, conforme previsto no Termo de Referência.

9.4.3. A correção ou refazimento dos serviços rejeitados não implicará ônus adicional para a CONTRATANTE.”

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

##### **10.1. Reajuste Ordinário**

10.1.1. Os preços unitários contratados poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data da apresentação da proposta, conforme prevê o **art. 134, §1º, da Lei nº 14.133/2021**.

Será utilizado como referência o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)** ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10.1.2. O primeiro reajuste somente poderá ocorrer após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, observada a regra legal de anualidade.

10.1.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar solicitação formal de reajuste com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, acompanhada da memória de cálculo demonstrando a variação do índice adotado.

##### **10.2. Revisão para Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

10.2.1. Quando ocorrerem fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições iniciais de contratação e comprometam a equação econômico-financeira, a **CONTRATADA** poderá solicitar **revisão contratual**, nos termos do **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.2. A solicitação de revisão deverá ser devidamente fundamentada e acompanhada de documentação que demonstre o desequilíbrio, incluindo:

a) demonstração da variação de custos dos insumos essenciais à execução dos serviços;

b) impacto financeiro decorrente da alteração de preços;

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

c) parecer técnico ou estudo econômico que justifique a necessidade de recomposição da equação econômico-financeira.

10.2.3. A **CONTRATANTE** terá o prazo de **30 (trinta) dias** para analisar a solicitação, podendo deferi-la total ou parcialmente, ou indeferi-la mediante motivação formal.

### **10.3. Vedações ao Reajuste**

10.3.1. Não será concedido reajuste quando:

- a) houver atraso na execução contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- b) não forem apresentados os documentos comprobatórios da variação do índice ou das condições necessárias ao reajuste;
- c) o pedido de reajuste for protocolado fora do prazo ou em desacordo com as regras desta cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO**

### **11.1. Designação do Fiscal do CONTRATO**

11.1.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada execução dos serviços, a **CONTRATANTE** designa formalmente:

**I – Lúcia Conceição Gomes Holanda – Arquivista**, responsável pela fiscalização das atividades relacionadas a gestão documental, tratamento arquivístico, digitalização, indexação, organização de acervos e demais serviços correlatos ao arquivo.

**II – Jhonatan Daniel Fernandes dos Santos – Profissional de Tecnologia da Informação**, responsável pela fiscalização das atividades relacionadas a captura digital, OCR/ICR, parametrização, implantação, suporte, manutenção e operação das soluções ECM/BPM, bem como dos aspectos tecnológicos envolvidos na execução dos serviços.

11.1.2. Os fiscais atuarão de forma coordenada, observada a segregação das funções e suas atribuições técnicas específicas, nos termos dos arts. 7º, 8º e 117 da Lei 14.133/2021, podendo emitir orientações, registrar ocorrências e validar etapas da execução contratual.

### **11.2. Atribuições da Fiscalização**

11.2.1. Compete à fiscal do **CONTRATO**:

#### **a) Atuação da Fiscal Arquivista – Lúcia Conceição Gomes Holanda**

1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços referentes a:
  - o tratamento documental;
  - o organização, higienização e classificação arquivística;
  - o digitalização e indexação;
  - o gestão física de documentos;
  - o conferência de metadados;
  - o acervo arquivístico previsto no Termo de Referência;
2. Verificar conformidade dos trabalhos com as normas técnicas do CONARQ, e-ARQ Brasil e demais diretrizes arquivísticas aplicáveis.
3. Registrar falhas, inconsistências, duplicidades, divergências de indexação, ausência de metadados e quaisquer não conformidades relativas aos serviços arquivísticos.
4. Validar os relatórios técnicos e quantitativos de serviços prestados relacionados ao acervo físico e digitalizado.

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

**b) Atuação do Fiscal de TI – Jhonatan Daniel Fernandes dos Santos**

1. Fiscalizar as atividades relacionadas a:
  - o soluções ECM/BPM;
  - o fluxos digitais, parametrizações e integrações;
  - o OCR/ICR e automação de captura;
  - o suporte técnico e manutenção evolutiva/corretiva;
  - o entregáveis tecnológicos;
  - o indicadores de desempenho dos sistemas;
2. Verificar a conformidade das soluções tecnológicas com requisitos de segurança da informação, integridade dos dados, rastreabilidade e interoperabilidade.
3. Registrar incidentes, não conformidades tecnológicas, indisponibilidades, falhas de sistema ou desvios de desempenho.
4. Validar relatórios de suporte, logs, evidências operacionais, entregáveis e demais registros relacionados ao componente tecnológico da contratação.

**11.3. Interferência e Relatórios**

11.3.1. Os fiscais do CONTRATO poderão determinar a correção de falhas, exigir reexecução de serviços ou solicitar ajustes sempre que identificarem a necessidade de adequação.

11.3.2. A atuação da fiscalização **não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais**, sendo esta a única responsável pela adequada execução do objeto.

11.3.3. Os fiscais deverão elaborar **relatórios periódicos** documentando a execução contratual, registrando evidências, ocorrências, conformidades, inconsistências e o desempenho da **CONTRATADA**, para fins de controle, tomada de decisão e medição.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS****12.1. Penalidades Aplicáveis**

12.1.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas nesta cláusula, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, do Termo de Referência, do Edital e da legislação aplicável.

12.1.2. Nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) **Advertência**, por escrito, quando a infração for de menor relevância;
- b) **Multa**, conforme percentuais definidos nesta cláusula;
- c) **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, por até 3 (três) anos (art. 156, III);
- d) **Declaração de inidoneidade**, enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até reabilitação (art. 156, IV).

**12.2. Casos de Aplicação das Penalidades**

As penalidades poderão ser aplicadas nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado na execução das atividades **CONTRATADAS** ou na entrega dos produtos previstos no TR;
- b) descumprimento das orientações e determinações da fiscalização contratual, prejudicando o acompanhamento da execução;
- c) apresentação de documentação falsa ou omissão de informações relevantes para o controle da execução;
- d) inadimplência trabalhista, fiscal, previdenciária ou de segurança da informação que

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

comprometa a execução contratual;

e) reincidência em falhas operacionais, inconsistências técnicas, erros de processamento, perda de documentos ou violação de normas arquivísticas e de segurança da informação.

### **12.3. Aplicação de Multas**

**12.3.1. As multas aplicáveis serão calculadas conforme os percentuais abaixo:**

a) **Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, limitada a 10% (dez por cento), aplicada sobre o **valor das unidades de serviço previstas para o período e não entregues no prazo**;

b) **Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor das unidades de serviço afetadas**, em caso de não conformidade grave, tais como:

- perda de documentos;
- erro de indexação que comprometa a integridade do acervo;
- falha de digitalização que exija retrabalho;
- indisponibilidade de sistemas ECM/BPM por culpa da **CONTRATADA**.

c) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado remanescente do contrato**, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da **CONTRATADA**.

12.3.2. A aplicação de penalidades será precedida de notificação formal, assegurando à **CONTRATADA** o **direito ao contraditório e à ampla defesa**, conforme arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.3. As multas aplicadas poderão ser descontadas diretamente dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, cobradas administrativamente ou cobradas judicialmente, caso necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

### **13.1. Hipóteses de Extinção do CONTRATO**

13.1.1. O presente CONTRATO poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

a) **Conclusão integral do objeto contratado**, com a entrega de todos os produtos e serviços previstos e o aceite final da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021;

b) **Término do prazo de vigência**, sem manifestação da Administração acerca de prorrogação;

c) **Rescisão unilateral pela Administração**, por razões de interesse público superveniente, devidamente motivada, conforme art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021;

d) **Rescisão por inadimplemento da CONTRATADA**, quando houver descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, normas técnicas, exigências de segurança da informação, diretrizes arquivísticas ou demais requisitos do TR;

e) **Rescisão por acordo entre as partes**, desde que formalmente justificada e sem prejuízo de eventuais indenizações e penalidades previstas;

f) **Rescisão por caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovado, que inviabilize a continuidade da execução dos serviços;

g) **Falência, dissolução ou incapacidade operacional da CONTRATADA**, que torne impossível a continuidade da execução.



### 13.2. Consequências da Extinção Contratual

13.2.1. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a **CONTRATADA** deverá:

- a) **Entregar todo o acervo documental, metadados, relatórios de execução, bases digitalizadas, arquivos temporários, registros de OCR/ICR, logs de sistemas, parametrizações ECM/BPM, documentação técnica e quaisquer produtos pendentes**, garantindo a integridade, rastreabilidade e continuidade das informações;
- b) Responder integralmente por eventuais **danos materiais, informacionais ou tecnológicos** causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua atuação durante o período contratual, inclusive falhas de digitalização, perdas documentais, violações de integridade de dados ou indisponibilidade de sistemas sob sua responsabilidade;
- c) Restituir à **CONTRATANTE** quaisquer valores que tenham sido pagos indevidamente, conforme apuração da fiscalização e dos setores competentes;
- d) Garantir a **transferência de conhecimento**, quando aplicável, incluindo a documentação de sistemas, fluxos de trabalho, parametrizações e orientações necessárias para continuidade das operações.

### 13.3. Procedimentos para Rescisão Contratual

**13.3.1.** Nos casos de rescisão unilateral pela Administração ou por inadimplência da **CONTRATADA**, será assegurado o **direito ao contraditório e à ampla defesa**, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.2.** A rescisão será formalizada por meio de instrumento próprio, acompanhado de **parecer técnico e jurídico** que justifique a decisão da Administração.

**13.3.3.** Se houver necessidade de **contratação emergencial** para assegurar a continuidade dos serviços técnicos de gestão documental, digitalização ou ECM/BPM, a **CONTRATADA** poderá ser **responsabilizada pelos custos adicionais**, caso a rescisão tenha sido motivada por sua inadimplência, conforme art. 141, IV, da Lei 14.133/2021.

**13.3.4.** A **CONTRATANTE** poderá **reter valores devidos à CONTRATADA** para compensação de multas, glosas e demais penalidades aplicadas, observados os limites legais e contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SIGILO DE PROTEÇÃO DE DADOS** - A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** comprometem-se a adotar todas as medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a garantir a confidencialidade, integridade e segurança dos dados pessoais e informações tratadas no âmbito deste CONTRATO, observando rigorosamente a legislação vigente, em especial a **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**.

### 14.1. Dever de confidencialidade

A **CONTRATADA** obriga-se a manter absoluto sigilo sobre todos os dados, informações, documentos físicos ou digitais, metadados, imagens digitalizadas, registros de OCR/ICR, parametrizações, fluxos ECM/BPM e quaisquer informações sensíveis a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

A **CONTRATADA** deverá garantir que **todos os seus empregados, prepostos, consultores e terceiros** envolvidos na execução estejam formalmente submetidos a cláusula de confidencialidade com força contratual.

#### 14.2. Tratamento de dados pessoais

As partes comprometem-se a realizar o tratamento de dados pessoais **exclusivamente para os fins necessários à plena execução do objeto contratual**, observando:

- as bases legais previstas nos arts. 7º e 11 da LGPD;
- as diretrizes arquivísticas e de segurança da informação previstas no TR;
- o princípio da **minimização de dados**;
- o princípio da **finalidade**;
- os requisitos de integridade e rastreabilidade da informação.

É vedado o uso de dados pessoais para finalidades diversas, ilícitas, incompatíveis com o contrato ou que violem direitos dos titulares.

#### 14.3. Responsabilidade pelo uso dos dados

A **CONTRATADA** será **integralmente responsável** pelo tratamento dos dados acessados ou manipulados durante a execução contratual, respondendo por uso indevido, compartilhamento irregular, vazamentos, falhas de segurança ou qualquer evento que resulte em exposição, perda, adulteração ou violação de dados pessoais ou sensíveis.

Fica expressamente proibida:

- a utilização de dados para fins comerciais, estatísticos, acadêmicos ou qualquer finalidade não prevista no contrato;
- a divulgação ou compartilhamento de dados a terceiros, salvo autorização formal da **CONTRATANTE** ou previsão legal.

#### 14.4. Limitação de responsabilidade da CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** não responderá por uso indevido dos dados pela **CONTRATADA** ou terceiros a ela vinculados, especialmente quando decorrente de falha operacional, negligência, imprudência, imperícia ou inobservância das normas de segurança.

#### 14.5. Proibição de compartilhamento indevido

A **CONTRATADA** não poderá compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, salvo:

- determinação legal;
- cumprimento de ordem judicial;
- autorização expressa e formal da **CONTRATANTE**;
- hipóteses previstas na LGPD.

#### 14.6. Compartilhamento pela CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** somente realizará o compartilhamento de dados pessoais nos casos permitidos pela LGPD, observadas suas bases legais e os princípios de necessidade e finalidade.

#### 14.7. Permanência da obrigação de sigilo

O dever de sigilo, confidencialidade e proteção de dados **permanece vigente mesmo após o encerramento do contrato**, por prazo indeterminado, salvo quando os dados forem anonimizados de forma irreversível.

#### 14.8. Incidentes de Segurança

Na hipótese de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, a **CONTRATADA** deverá:

- a) comunicar imediatamente a **CONTRATANTE**;
- b) apresentar relatório de impacto contendo natureza do incidente, dados afetados, medidas adotadas e riscos envolvidos;
- c) cooperar integralmente com as medidas de contenção e mitigação;

**Fundação Hospital Frei Gabriel - CNPJ: 07.889.243/0001-71**

**Avenida Brasília, 0333/ Frutal-MG**

**Jardim das Laranjeiras - CEP: 38204-138**

A **CONTRATANTE**, quando aplicável, comunicará o incidente à **ANPD** e aos titulares, observando o art. 48 da LGPD.

#### **14.9. Guarda e eliminação de dados**

Após o término da execução contratual, os dados pessoais deverão ser eliminados pela **CONTRATADA**, salvo nas hipóteses autorizadas pelo art. 16 da LGPD, incluindo:

**14.9.1.** cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

**14.9.2.** estudo por órgão de pesquisa, com anonimização sempre que possível;

**14.9.3.** transferência a terceiro devidamente autorizado, observada a LGPD;

**14.9.4.** uso exclusivo da **CONTRATANTE**, desde que anonimizados e inacessíveis à **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá emitir **Termo de Eliminação ou Integridade de Dados**, demonstrando as providências adotadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **15.1. Integração do CONTRATO**

**15.1.1.** Este CONTRATO, juntamente com seus anexos, constitui o acordo completo entre as partes e prevalece sobre quaisquer entendimentos anteriores que conflitem com suas disposições.

**15.1.2.** O Termo de Referência, o Edital, a Proposta da **CONTRATADA** e todos os demais anexos fazem parte integrante e inseparável deste CONTRATO, independentemente de transcrição, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.

#### **15.2. Aplicação Supletiva da Legislação**

**15.2.1.** Os casos omissos ou não previstos expressamente neste CONTRATO serão resolvidos com base nas normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial:

- a) **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b) **Lei nº 13.709/2018 – LGPD**, no que se refere à proteção e tratamento de dados pessoais;
- c) **Normas arquivísticas e de gestão documental aplicáveis**, incluindo diretrizes do CONARQ, e-ARQ Brasil, ABNT NBR ISO 15489 e demais normativos correlatos relacionados à digitalização, preservação e governança da informação;
- d) **Legislação civil aplicável**, inclusive o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), quando compatível com a natureza administrativa do presente contrato.

#### **15.3. Comunicação entre as Partes**

**15.3.1.** Todas as comunicações formais, notificações, solicitações e pedidos de esclarecimento deverão ser realizados **por escrito**, por meio de protocolo físico ou meio eletrônico institucional reconhecido pela Administração.

**15.3.2.** A **CONTRATADA** deverá manter atualizados seus dados cadastrais junto à **CONTRATANTE**, incluindo endereço físico, telefones e e-mails para recebimento de notificações.

#### **15.4. Alterações Contratuais**

**15.4.1.** O presente CONTRATO poderá ser alterado mediante formalização de **termo aditivo**, desde que observados os limites, hipóteses e condições previstos nos arts. 124, 125 e 130 da Lei nº 14.133/2021.

**15.4.2.** É vedada a execução de serviços não previstos no escopo contratual sem prévia autorização formal da **CONTRATANTE** e sem a correspondente formalização contratual.

**15.5. Foro de Eleição**

**15.5.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de **Frutal/MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir conflitos decorrentes deste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas em lei.

Frutal, **XX** de **XXXX** de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Jader Sabino da Silva**  
**Presidente Adjunto**

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**Lúcia Conceição Gomes Holanda**  
**Arquivista**  
**Fiscal de Contrato**

\_\_\_\_\_  
**Jhonatan Daniel Fernandes dos Santos**  
**Profissional de Tecnologia da Informação**  
**Fiscal de Contrato**

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_